

Três questões sobre a eleição presidencial de 98

Bolívar Lamounier*



Se pudermos pressupor que o processo sucessório presidencial se desenvolverá dentro de razoável normalidade – sem turbulências econômicas ou declarações ministeriais que lhe alterem significativamente o curso –, algumas conjecturas já podem ser feitas. O mais provável, a partir das condições hoje vigentes, é que os próximos meses serão dominados por três questões principais: quais serão e que chances terão os eventuais opositores de Fernando Henrique; as plataformas ou programas em torno dos quais se dará o embate eleitoral; e o impacto institucional esperado de diferentes cenários eleitorais sobre a estrutura política do País, mormente no que se refere à posterior evolução do sistema de partidos.

É consenso geral que Fernando Henrique deverá manter-se o franco favorito durante toda a campanha. Mantidas as condições atuais, parece fora de dúvida que sairá outra vez vencedor e, quem sabe, já no primeiro turno. Algumas simulações indicam como mais provável a vitória no segundo turno, mas esse cenário vai depender, no essencial, de quantos candidatos medianamente fortes participarão do pleito, número esse que

tenderá a ser tanto menor quanto mais fortes se mantiverem os elementos dissuasórios de que hoje dispõe Fernando Henrique. Com os índices de aprovação ao Real e ao desempenho do governo e a própria popularidade pessoal de Fernando Henrique em níveis ainda elevados, candidaturas alternativas teoricamente viáveis, como a de Paulo Maluf do PPB e a de Sarney pelo PMDB, terão mais incentivos para apoiar que para tentar romper a continuidade da atual coalizão governista. Sendo totalmente improvável, salvo algum cataclismo econômico, que algum desses nomes, ou mesmo o de Lula, venha a sobrepujar o de Fernando Henrique já no primeiro turno, o cenário menos favorável ao atual presidente

seria a necessidade de realização do segundo turno e a ocorrência de uma disputa acirrada nesse estágio. Mas essa hipótese só se materializaria se ocorresse um razoável e simultâneo fortalecimento dessas três candidaturas alternativas, ou um crescimento fortíssimo, por ora inteiramente improvável, de uma delas. Mas, como disse, o atual presidente tem boas chances de evitar de antemão essas hipóteses de dispersão dos votos, com base nos elementos de dissuasão de que dispõe. Esta conjectura é reforçada

da pelo lastro social por enquanto ainda modesto de que dispõe a esquerda, a julgar pelas manifestações que convocou há poucos dias, que provocaram substancial incômodo, mas não uma adesão popular numericamente significativa.

A segunda questão a que me referi é a das plataformas ou programas. O desafio a ser enfrentado pelos eventuais opositores de Fernando Henrique é demonstrar que poderemos crescer a taxas elevadas sem deflagrar outra vez a espiral inflacionária, sem estourar as contas externas e sem explodir o que nos resta de infraestrutura. O País certamente teria a ganhar se certas suposições subjacentes às críticas à atual política econômica fossem submetidas a um debate mais denso durante a próxima campanha eleitoral. Uma dessas suposições é que a presente precariedade das condições sociais se deve de algum modo à abertura da economia, como se alguma abertura tivesse ocorrido, digamos, entre 1930 e 1990, e como se naquelas seis décadas de fechamento econômico tivéssemos tido desempenho internacionalmente notável na redução da pobreza e das desigualda-

descartados, e tendo em vista que, mesmo no Brasil, importantes alterações constitucionais já foram aprovadas com o objetivo de reduzir ou eliminar os papéis empresariais do Estado, mediante que instrumentos políticos e constitucionais se poderia reduzir a abertura econômica sem prejudicar a democracia e o pluralismo? Se os avanços até agora logrados no sentido da estabilidade monetária e da reforma do Estado exigiram muita negociação e ampla coalizão partidária – visto que nenhum partido detém isoladamente mais de um quinto das cadeiras no Congresso –, é evidente que as mesmas ou maiores dificuldades se anteporiam a um eventual projeto de atenuar ou inverter esse processo de reformas.

Resumindo, o mais provável – sal-

des sociais. Outra suposição a discutir é a equação política que iria reger esse retorno ao fechamento econômico, na suposição de que ele fosse desejável. Num mundo crescentemente interligado por intensos fluxos e acordos de comércio e comunicação, com alguns modelos de intervencionismo estatal na economia questionados e outros simplesmente

vo turbulências econômico-sociais ou comportamentos verbais inesperadamente fortes, que alterem o curso previsível dos acontecimentos – é a continuidade, por bom período, da atual política econômica e da ampla coalizão partidária que a tornou viável, desde 1994. Essa conjectura nos conduz à terceira questão referida no início, qual seja, a dos possíveis efeitos institucionais desse processo, até mesmo no que se refere à posterior evolução da estrutura partidária. A reflexão sobre este ponto é balizada por dois fatos básicos. De um lado, a não-realização – nos momentos oportunos, que teriam sido a Constituinte e o plebiscito de 1993 – de uma reforma política que tornasse mais funcional o nosso pluralismo partidário, limitando-o para preservá-lo e fortalecê-lo. De outro, os avanços já realizados no sentido da reforma do Estado e a aprovação da emenda da reeleição para cargos executivos. Esta última, especialmente, deflagra importantes alterações no funcionamento do sistema político, tornando premissa a maior parte do debate sobre se uma eventual reforma política deveria ser rápida e abrangente ou, ao contrário, incremental e “fatiada”.

Com a reeleição, vários aspectos fundamentais do sistema começam a

se alterar, impondo-se como matéria a decifrar, já não tanto a profundidade, mas antes a direção das mudanças. Nesse sentido, uma hipótese que se impõe cada vez mais à consideração é a de que o sistema partidário venha a ser simplificado em ritmo mais rápido do que se imagina, com as numerosas siglas hoje registradas, muitas delas para efeito meramente cartorial, perdendo importância diante de um processo partidário bipolarizado, com tudo o que realmente interessa girando cada vez mais em torno de duas grandes coalizões.

Salvo turbulências, o mais provável é a continuidade do bom período da economia e da atual coligação partidária

Com o regime presidencial e o mandato executivo renovável por quatro anos, a possível adoção do voto facultativo e uma mecânica até certo ponto distrital – em função dos redutos regionais já existentes –, poderemos continuar com a aparência de um sistema político europeu, com siglas que evocam os embates ideológicos do século 19, mas com a realidade de um sistema mais próximo ao dos Estados Unidos, com suas qualidades e defeitos – e mais os defeitos que venha eventualmente a adquirir em função do nosso subdesenvolvimento. ■

* Cientista político, diretor de pesquisa do Idesp e associado da MCM Consultores.